

A ficção em movimento: História, identidade e figuras em José Saramago*

Fiction in motion: History, identity and figures in José Saramago

Carlos Reis 

Universidade de Coimbra. Portugal

E-mail: creis@fl.uc.pt

RESUMO: Os três elementos de análise que estruturam este texto referem-se a grandes eixos de desenvolvimento da obra de José Saramago. A História, particularmente nos romances dos anos 80, constitui um importante domínio temático representado naqueles romances, incidindo sobre diferentes épocas e acontecimentos; a identidade reporta-se a momentos históricos significativos, em que a condição portuguesa é questionada (fundação da nação, emergência do salazarismo, etc.); as figuras correspondem a individualidades que, provindas da História, são objeto de refiguração literária (p. ex., D. Afonso Henriques ou D. João V).

PALAVRAS-CHAVE: José Saramago, História, Identidade, Figura.

ABSTRACT: The three elements of analysis that structure this text refer to major axes of development of José Saramago's work. History, particularly in the novels of the 1980s, is an important thematic domain represented in those novels, focusing on different times and events; identity relates to significant historical moments, in which the Portuguese condition is questioned (foundation of the nation, emergence of Salazarism, etc.); the figures correspond to individualities that, coming from History, are the object of literary refiguration (e.g., D. Afonso Henriques or D. João V).

KEYWORDS: José Saramago, History, Identity, Figure.

* Este texto é parte de um capítulo de um livro sobre José Saramago, ainda inédito, em coautoria com Sara Grünhagen.

COMO CITAR

REIS, Carlos. A ficção em movimento: História, identidade e figuras em José Saramago. *Revista da Anpoll*, v.53, n.3, p. 9-22, 2022. doi: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v53i3.1831>

I

No volume III dos *Cadernos de Lanzarote*, José Saramago recorda uma visita a Mafra e o olhar que então lançou sobre o convento. Pensou: “Um dia gostava de poder meter isto [o Convento de Mafra] num romance”; e logo depois: “Foi assim que o *Memorial* nasceu” (SARAMAGO, 1996, p. 164).

Não interessa agora apurar se, de facto, foi direta a relação entre aquele episódio e a escrita de um grande romance que gira em torno do convento. Importa, isso sim, o seguinte: na década de 80 do século XX, José Saramago centra a sua produção ficcional em temas, em motivos, em figuras e em acontecimentos ajustados àquele movimento de “incorporação” que é sugerido pela reflexão inserta nos *Cadernos de Lanzarote*. Trata-se, então, de dar protagonismo a grandes temas e a personalidades significativas da vida social, histórica e cultural portuguesa; e também de desafiar certezas construídas e aparentemente estabilizadas; de questionar preconceitos e estereótipos; de fazer da ficção um testemunho de responsabilidade do escritor perante a sua cultura, perante o coletivo em que se integra e a memória que esse coletivo traz consigo.

Um elemento frequente nos livros de Saramago vem confirmar o que fica dito, conduzindo a caminhos de análise em harmonia com os grandes veios temáticos que naquela década se afirmam. Refiro-me às epígrafes e à sua função de prelúdio de leitura, abrindo vias de acesso aos grandes sentidos da narrativa; trata-se, nesse lugar estratégico, de legitimar *a priori* os intuítos crítico-ideológicos que inspiram o relato.

Quando abrimos *Levantado do chão*, somos recebidos, por assim dizer, por Almeida Garrett, um nome relevante da genealogia literária de Saramago. Mas não por um qualquer Garrett. O trecho da epígrafe vem das *Viagens na minha terra* e refere-se à desigualdade social e à opressão económica que estão em causa no terceiro capítulo do relato garrettiano. Em jeito de interrogação, alude-se ali (e agora em *Levantado do chão*) ao “número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico” (GARRETT, 2010, p. 109). Deste modo, é a crítica aos excessos do liberalismo que serve de preâmbulo à história da família Mau-Tempo, situada num quadro histórico e ideológico que, evidentemente, está mais próximo do neorrealismo do que do romantismo.

Depois, em *Memorial do convento*, um breve texto do P.^e Manuel Velho (sobre a violência que os fracos sofrem) convive com outro de Marguerite Yourcenar, realçando-se neste a importância “do conhecimento o mais exato possível”, como “via de acesso às coisas que ultrapassam a realidade”; de certa forma, é assim que acontece no romance em causa. N’*O ano da morte de Ricardo Reis*, as três epígrafes (de Ricardo Reis, de Bernardo Soares e de Fernando Pessoa) situam-nos no universo pessoano e em aspetos significativos da sua conformação plural (p. ex., o desdobramento de identidades e a ontologia da ficcionalidade); n’*A jangada de pedra*, a palavra de Alejo Carpentier realça a dimensão fabulosa do futuro, esse mesmo para onde aponta a deriva da Península Ibérica; e o (imaginado) *Livro dos Conselhos* com que se abre a *História do cerco de Lisboa* anuncia a complexa relação com a verdade (histórica) que é problematizada pelo romance.

II

Os romances a que aludi, como títulos maiores da produção literária de Saramago, concentram alguns dos seus grandes vetores semânticos. Dentre todos, cabe aqui destacar três, como marcos importantes da evolução do autor: a problemática da História, a questão da identidade e o motivo da viagem.

Logo em *Levantado do chão*, a História confirma-se como uma grande área de reflexão metaficcional. Aliás, é sintomático que, nas linhas finais do romance anterior, *Manual de pintura e caligrafia*, se aluda a um momento de drástica mudança política e de abertura a um novo tempo histórico: “O regime caiu. Golpe militar, como se esperava” (SARAMAGO, 1983^a, p. 311); a isto segue-se a perplexidade de um narrador confrontado com a História *in fieri* e incapaz de a formular discursivamente: “Não sei descrever o dia de hoje: as tropas, os carros de combate, a felicidade, os abraços, as palavras de alegria, o nervosismo, o puro júbilo” (SARAMAGO, 1983^a, p. 311).¹

De certa forma, *Levantado do chão*, *Memorial do Convento*, *O ano da morte de Ricardo Reis* e *História do cerco de Lisboa* são romances de reescrita da História. Explanam-se neles as teses enunciadas por Saramago num muito citado texto de 1990, “História e ficção”, publicado no *Jornal de Letras, Artes e Ideias* e depois inserto nos *Cadernos de Lanzarote*². Aquilo que nele está em causa é uma conceção das relações entre ficção e História assente na lição de Georges Duby. Lembra Saramago que “o grande George Duby” foi quem, “na primeira linha de um dos seus livros, escreveu: *Imaginemos que...*” (SARAMAGO, 1996, p. 183). Ou seja: Saramago colhe da chamada Nova História a predisposição para uma interação entre História e ficção que permita à segunda completar a primeira e entender como personagens com dignidade histórica figuras não contempladas pela historiografia oficial.

Quem são as personagens que, em *Levantado do chão*, encarnam esta filosofia da História projetada na ficção? Uma família de trabalhadores rurais alentejanos, situados no latifúndio e inseridos no fluxo de eventos desenrolados ao longo do século XX. Sem serem, à primeira vista, heróis qualificados ou figuras historicamente consagradas, os Mau-Tempo e aqueles que se lhes juntam – Domingos e Sara da Conceição, João e António Mau-Tempo, Gracinda, o marido Manuel Espada e a filha Maria Adelaide, entre outros – protagonizam um movimento de luta e de resistência coletiva. Esse movimento (em que ecoa a lição do neorrealismo) atravessa, como uma “épopéia campesina”, todo o século XX e cruza-se com etapas decisivas da vida desse coletivo resgatado do anonimato pelo romancista: a chamada Primeira República, o Salazarismo e a libertação de 25 de abril de 1974. E assim, em *Levantado do Chão* a “terra conquista o seu contorno no tempo, faz-se digna de história, terreno dos sonhos dos homens” (SILVA, 1989, p. 194).

Repare-se na abertura de um dos capítulos iniciais de *Levantado do chão*:

Então chegou a república. Ganhavam os homens doze ou treze vinténs, e as mulheres menos de metade, como de costume. Comiam ambos o mesmo pão de bagaço,

¹ É desse mesmo momento histórico que se ocupa a peça de teatro *A Noite* (1979).

² Originalmente, “História e ficção” foi uma conferência proferida na Universidade de Turim, em maio de 1989.

os mesmos farrapos de couve, os mesmos talos. A república veio despachada de Lisboa, andou de terra em terra pelo telégrafo, se o havia, recomendou-se pela imprensa, se a sabiam ler, pelo passar de boca em boca, que sempre foi o mais fácil. O trono caíra, o altar dizia que por ora não era este reino o seu mundo, o latifúndio percebeu tudo e deixou-se estar, e um litro de azeite custava mais de dois mil réis, dez vezes a jorna de um homem. (SARAMAGO, 1983b, p. 33).

São aqui evidentes os fundamentos que servem de alicerce a um edifício de clara militância social. Mas o texto e o romance revelam mais do que isso. No tocante a dispositivos representacionais, importa notar que o coletivo em que se traduz a figuração das vítimas da opressão (os homens e as mulheres) surge completado por insinuações alegóricas decorrentes do recurso à personificação: a república que “andou de terra em terra”, o altar que “dizia que por ora não era este reino o seu mundo” e o latifúndio que “percebeu tudo”.

A emergência da alegoria, como procedimento que a ficção de Saramago há de aprofundar, combina-se com a dinâmica da História, indo além do que ficou sugerido. Com efeito, a componente humana do romance regista uma extensão importante, com origem remota em “Lamberto Horques Alemão, alcaide-mor de Monte Lavre por mercê do rei Dom João o primeiro” (SARAMAGO, 1983b, p. 24). Prolongados nos Bertos que lhe sucedem (e que se colocam no campo do opressor), os Horques são a explicação indireta para uns olhos azuis que aparecem e reaparecem ao longo dos tempos, como um estigma de presença estrangeira. Fora precisamente um dos estrangeiros trazidos por Lamberto que violara uma rapariga, transmitindo-lhe os tais olhos azuis que João Mau-Tempo herda, quase quinhentos anos depois.

Assim se reescreve a História, entendida como memória coletiva feita de palavras e, como tal, sujeita a revisão pelo viés da ficção. Trata-se, para Saramago como para Max Gallo por ele referido no ensaio sobre História e ficção, de compensar aquilo que a primeira não alcança; e acentua-se também, mesmo que de forma implícita, a cumplicidade discursiva entre ambas, o que permite aproximar o pensamento de Saramago de algumas teses controversas de Hayden White³.

III

É este o caminho seguido na conceção e na escrita de *Memorial do Convento*, à luz daquele princípio que afirma ser possível e ideologicamente pertinente “reclamar a presença” (da História, entenda-se), como sendo uma “espécie de reivindicação ou ato de chamar à presença” (Reis, 2015: 89) figuras e acontecimentos estabilizados na memória coletiva. Neste caso, há uma personalidade e um acontecimento que são “reclamados” pelo romancista: o rei D. João V e a construção do Convento de Mafra, no contexto social, religioso e político do século XVIII português.

Sem embargo de diferenças importantes, as afinidades de *Memorial do convento* com *Levantado do chão* justificam que se fale em “seguimento narrativo”, pela verificação de “marcas literárias idênticas (a consideração do passado, a relação com a História, a atenção aos grupos

³ Refiro-me aos ensaios “The Historical Text as Literary Artifact” e “The Fictions of Factual Representation” (cf. White, 1987, p. 81-99 e p. 121-134).

sociais, a clara determinação do espaço, a representação verosímil e realista dos caracteres e das ações)” (SEIXO, 1999, p. 55). Em *Memorial do convento*, estamos, de novo, num tempo alargado: o quase meio século em que o rei chamado Magnânimo ocupou o trono, de 1706 a 1750. Essa é uma época de opulência e de ostentação, municidas ambas pelo ouro do Brasil e coincidindo com o envolvimento português na Guerra da Sucessão Espanhola. É desse episódio bélico que decorre a mutilação de Baltasar Sete-Sóis, bem podendo dizer-se que a personagem engendrada por Saramago recupera do esquecimento o sofrimento e o abandono a que foram sujeitas figuras entendidas como menores e historicamente irrelevantes.

São frequentes em *Memorial do Convento* as referências de datação e de ancoragem na História. É assim quando se diz, logo a abrir, que a rainha D. Maria Ana Josefa “chegou há mais de dois anos da Áustria”, o que situa em 1710 a ação inicial, quando o rei vai ao quarto da rainha, que “até hoje ainda não emprenhou” (SARAMAGO, 1983c, p. 11); ou quando se alude ao nascimento da princesa (“uma rapariga (...) saudável e de bons pulmões”); (SARAMAGO, 1983c, p. 72), ocorrido em 1711, estando a rainha “de luto por seu irmão José, o imperador da Áustria” (SARAMAGO, 1983c, p. 49), falecido naquele mesmo ano. De forma mais explícita e remetendo para um tempo muito anterior ao início da ação, ficamos a saber que “o convento de Mafra o anda a querer a ordem de S. Francisco desde mil seiscientos e vinte e quatro” (SARAMAGO, 1983c, p. 25), ao que se segue, no relato, o que “apenas há seis anos aconteceu, em mil setecentos e cinco” (SARAMAGO, 1983c, p. 25), quando o Desembargo do Paço rejeitou a desejada construção. Por fim, ficção e História compartilham o registo de uma data, quando Baltasar é consumido no mesmo auto de fé em que comparece “um que fazia comédias de bonifrates e que se chamava António José da Silva” (SARAMAGO, 1983, p. 357). Ou seja: no dia 19 de outubro de 1739.

Antes de avançar, noto o seguinte: *Memorial do convento*, tal como, mais tarde, *O ano da morte de Ricardo Reis*, *História do cerco de Lisboa* e, num outro plano, *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, são obras assentes em pesquisa. Por sua vez, *Levantado do chão*, para além da recolha ou rememoração de informação histórica, funda-se, em parte e segundo o testemunho do escritor, numa experiência de observação do espaço social alentejano, acontecida na povoação de Lavre, no Alto Alentejo; foi em 1977, num momento difícil da vida pessoal de Saramago que indiretamente conduziu a uma vivência que lembra a lógica do romance experimental oitocentista⁴.

Como quer que seja, pode afirmar-se que aquilo que José Saramago designou como trabalho, referindo-se ao seu labor como escritor (“insisto (...) em chamar trabalho à escrita”); (REIS, 2015, p. 130), vai mais longe do que parece. Precedendo a escrita (ou em simultâneo com ela), existe uma paciente recolha de dados, confinando com a atitude e até com a ética do investigador. Um verdadeiro trabalho de biblioteca, de arquivo e de hemeroteca, com consulta de livros, de documentos de época, de jornais e de revistas. Por isso mesmo, o espólio do escritor conserva apontamentos, fichas de trabalho, uma agenda com registo de leituras

⁴ Palavras de Saramago: “Estive em Lavre, da primeira vez, dois meses, depois, por intervalos, umas tantas semanas mais, e quando de lá voltei trazia cerca de duas centenas de páginas com notas, casos, histórias, também alguma História, imagens e imaginações, episódios trágicos e burlescos, ou apenas do quotidiano banal, acontecidos diversos, enfim, a safra que é sempre possível recolher quando nos pomos a perguntar e nos dispomos a ouvir, sobretudo se não há pressa” (apud GÓMEZ AGUILERA, 2010, p. 292).

de jornais, de citações e do mais de que carece quem, no *Memorial do convento* e não só nele, procura o adequado enquadramento histórico para o desenvolvimento da ficção⁵.

Engana-se, todavia, quem supõe que *Memorial do convento* constitui um prolongamento do romance histórico oitocentista. Esta associação é uma hipótese muitas vezes abordada, mas, sempre que com ela foi confrontado, Saramago refutou-a, até com “uma certa impaciência”: em palavras suas, “o rótulo gasto de que sou um romancista histórico”, só pode explicar-se “tanto por alguns livros que escrevi como pela minha relação com o tempo e posição perante a história” (SARAMAGO, 2013, p. 18).

No final do século XX, tendo-se colocado, como acima foi dito, sob a égide de George Duby, o romancista José Saramago reinterpreta o passado histórico sob o signo da ficção e não o contrário. Para além disso, *Memorial do convento* faz conviver o rei Magnânimo e os incidentes da construção da sua obra megalómana, o seu envolvimento clerical e a fanática violência religiosa do seu tempo com personagens e com episódios tocados pelo insólito e potenciados pela imaginação. Um padre sonhador, uma passarola que sobe nos ares, uma mulher com dotes inusitados, um mutilado de guerra e um músico de corte são alguns dos componentes dessa espécie de mundo alternativo que se articula com História.

Duas daquelas personagens, o padre e o músico, estão atestados historicamente; do aeróstato temos informação imprecisa e, pelo menos, uma imagem; da figura feminina há notícia pouco consistente e certamente deformada (cf. ARNAUT, 2006, p. 45 ss.); o soldado sem mão é, tanto quanto parece, ficcional. Por este caminho, bem podemos falar em miscigenação ontológica, com um certo efeito de oscilação entre o histórico e o ficcional, como se as fronteiras entre um e outro estivessem definitivamente anuladas.

IV

A convergência da ficção com a História não é menos significativa n’*O ano da morte de Ricardo Reis* ou na *História do cerco de Lisboa*. No primeiro, configura-se um cenário histórico, por assim dizer, concentrado, estando fixado no título do romance o arco temporal em que ele decorre: é o ano de 1936 (parte dele) que agora está em causa, logo depois de o protagonista regressar do Brasil, no final de 1935 e na sequência da morte de Fernando Pessoa. Ricardo Reis mergulha, então, numa Lisboa cinzenta, labiríntica e carregada das sombras do salazarismo; nesse cenário, ressoam os ecos de regimes políticos que, na Europa, se encontram em ascensão e em consolidação – o fascismo italiano e o nazismo germânico –, ou lutando para triunfar, como o franquismo que sairá da Guerra Civil de Espanha. O romance não é parco em alusões de flagrante implicação histórica. Por exemplo, no capítulo [18], o comício contra o comunismo, na praça de touros do Campo Pequeno, com Ricardo Reis a assistir.

A personagem Ricardo Reis interage com a factualidade daquele e de outros acontecimentos (como é o caso da revolta dos marinheiros, a 8 de setembro de 1936), em função de uma vivência com dupla dimensão ficcional. Primeiro, por ser esse o estatuto da personagem no romance; segundo e mais sinuosamente, por ser esta uma figura com dimensão transficcio-

⁵ O mencionado trabalho de escrita e de pesquisa encontra-se representado numa exposição organizada pela Biblioteca Nacional de Portugal, por ocasião do centenário de Saramago. Veja-se *A oficina de Saramago* (2022).

nal, provinda de um outro universo que precede o romance de Saramago: a chamada galáxia heteronímica de Fernando Pessoa. Entretanto, também o poeta ortónimo é incorporado no mundo narrativo protagonizado por Reis, agora com uma conformação insólita, porque o criador sai do cemitério para dialogar com a sua criatura.

Depois d'*O ano da morte de Ricardo Reis*, José Saramago insiste na questionação da História em contexto ficcional. O romance *História do cerco de Lisboa* é aquele em que, de forma mais nítida, a problematização da História ganha maior destaque. Para isso contribuem, pelo menos, dois fatores: primeiro, a relação direta do protagonista, Raimundo Silva, com uma obra historiográfica (aquela que dá título ao romance) em processo de edição; segundo, o facto de essa “História do cerco de Lisboa” embutida na ficção e nela reelaborada incidir sobre um momento decisivo da constituição da nação, ou seja, a conquista da cidade que virá a ser capital do reino.

Entre outros aspetos, aquilo que, neste caso, distingue a tematização da História, quando o comparamos com outros romances de Saramago, é o facto de essa tematização estar articulada com o motivo da escrita. Ou seja, estamos perante uma problematização meta-historiográfica tão dinâmica como o processo de reelaboração que a determina, não sendo despiendo o facto de “a história que é material deste texto [ser] agora uma história *escrita* e não apenas evocada” (SEIXO, 1999, p. 73-74), como acontecia em *Memorial do convento*. O que incute um significado especial às palavras em que o autor fala de Duby e de uma prerrogativa reclamada para a ficção, consistindo em introduzir “pequenos cartuchos que façam explodir o que até aí parecera indiscutível” (SARAMAGO, 1996, p. 185). Precisamente: no momento em que está a rever a tal “História do cerco de Lisboa” que deveria confirmar uma versão (escrita) dos acontecimentos ratificada pela historiografia, o revisor Raimundo Silva introduz nela um pequeno cartucho:

Com a mão firme segura a esferográfica e acrescenta uma palavra à página, uma palavra que o historiador não escreveu, que em nome da verdade histórica não poderia ter escrito nunca, a palavra Não, agora o que o livro passou a dizer é que os cruzados Não auxiliarão os portugueses a conquistar Lisboa, assim está escrito e portanto passou a ser verdade (...) (SARAMAGO, 1989, p. 30).

Trata-se de um episódio crucial na economia do romance, por aquilo que ele desencadeia na sua ação, mas sobretudo por sugerir uma verdadeira filosofia da escrita ficcional com incidência meta-historiográfica. Ou seja, algo mais do que um jogo de palavras, sendo certo, contudo, que a “palavra Não” é consequente: de certa forma, ela induz a ideia de que a construção da verdade – essa mesma a que a historiografia aspira – depende e é condicionada pela linguagem, potenciando a relativização de certezas adquiridas.

Assim explodirá o pequeno cartucho (o “Não”) introduzido pelo revisor no texto, uma explosão cujos estilhaços atingem diversos alvos e levantam diversas vias de desenvolvimento semântico. Uma: a possibilidade de se pôr em causa a chamada verdade histórica, pelo poder da linguagem. Outra: a constituição de uma “verdade” suscitada pela ficção, uma história nova contada por Raimundo Silva, em resposta a um desafio de Maria Sara. Por fim: o surgimento da relação amorosa entre ambos, projetando sobre o trabalho de revisão ficcional dos acontecimentos e das figuras históricas uma dimensão humana, de interpelação, de afeto e de instigação.

Em diversos momentos da *História do cerco de Lisboa* e a pretexto do trabalho de Raimundo Silva como romancista, sobrevêm reflexões sobre o trabalho da escrita e, conjugadamente, sobre as dificuldades e as responsabilidades de reconstituição do passado histórico. Não importa agora (mas não deixa de ser um desafio) indagar a relação existente entre este modesto revisor metido a escritor e a experiência de vida de José Saramago, como ficcionista saído de um processo de aprendizagem tematizado em *Manual de pintura e caligrafia*. O que parece evidente, entretanto, é que certas reflexões motivadas pelo trabalho de Raimundo não são inocentes, pelos contornos de que se revestem.

Vale a pena sublinhar o significado de diversas alusões à escrita e ao trabalho que implica, nos antípodas de uma concepção “inspirada” da criação literária. Raimundo Silva escreve a sua “História do cerco de Lisboa” (literalmente) às claras:

Com a luz natural caindo sobre as suas mãos, sobre as folhas de papel, sobre as palavras que forem nascendo e ficando, que não ficam todas as que nascem, por sua vez fazendo elas luz sobre o entendimento das coisas.

Por este caminho chega-se à “lição definitiva do poeta (...) de que o mistério da escrita está em não haver nela mistério nenhum” (SARAMAGO, 1989, p. 181). O poeta é, evidentemente, Alberto Caeiro e, embora se trate aqui de uma paráfrase (Caeiro fala do mistério das coisas), aquela asserção serve muito bem para introduzir, no discurso de Raimundo Silva, um outro tópico: o da memória literária ou, por outras palavras, a noção de que nenhuma escrita está imune aos versos e às prosas que “pairam na lembrança como células quietas e resplandescentes vindas de outro mundo” (SARAMAGO, 1989, p. 182). O que reafirma a relevância da intertextualidade na escrita não só (ou não tanto) de Raimundo Silva, mas do próprio José Saramago, conforme com especial exuberância se observa n’*O ano da morte de Ricardo Reis* e n’*O Evangelho segundo Jesus Cristo* (cf. GRÜNHAGEN, 2021).

O trabalho do revisor – agora revisor da História por via ficcional, com acentuação da dimensão corretiva que a revisão implica – remete para a memória, um tema recorrente na obra saramaguiana. Neste caso, está em causa não apenas a memória como instrumento e como instância de recuperação do passado (como técnica, digamos), mas também como responsabilidade e como veículo para o entendimento do mundo. O início do capítulo [14] da *História do cerco de Lisboa* é, a este propósito, muito significativo. O que nele lemos é uma espécie de advertência acerca da dificuldade da revisão, pois que ela decorre de um trabalho paciente e competente que não se compadece com omissões. A Raimundo Silva não se consente que abrevie o relato; os factos que estão em causa e os seus protagonistas não podem ser prejudicados pela falta de “memória própria”, já que “este modo de entender as coisas (...) é absolutamente e condenatoriamente reacionário”. Por fim, a reconstituição do passado em clave ficcional, com resgate de acontecimentos e de figuras omitidas pela historiografia, aponta para uma renovada compreensão da História, sublinhada com a mordacidade que aqui transparece:

(...) Quando Mem Ramires disse a Mogueime, Ajeita-te aí que te vou subir para as costas, talvez não se pense ter sido esta frase obra do neopálio, onde, estando a memória de escadas e soldados disciplinados, está também a inteligência, convergência ou relação de causa e efeito de que o computador não se pode gabar, pois que, sabendo tudo, não compreende nada. Dizem. (SARAMAGO, 1989, p. 248).

V

A reconstituição ficcional da História conduz a um outro vetor temático representado nalguns dos romances de Saramago que tenho estado a analisar. Com efeito, quando Raimundo Silva, incentivado por Maria Sara, se propõe escrever uma nova “História do cerco de Lisboa”, descobrindo-se como escritor, o que nessa nova história se propõe é, por extensão, uma outra descoberta: a da identidade coletiva portuguesa, também ela problematizada em clave ficcional.

Trata-se de um tema recorrente na literatura e no pensamento portugueses, sobretudo na posteridade da revolução de 1974, conforme pode ler-se em ensaios de Eduardo Lourenço, de José Gil, de Adriano Moreira ou de José Mattoso, entre outros. Nalguns momentos e em certos autores, a problemática da identidade portuguesa cruza-se com a história do colonialismo e da descolonização, com as dinâmicas da migração e do retorno, com o impulso para a integração europeia em relação dialética com a marginalidade geopolítica que ela quer superar, com a imagem e com as representações da nação e ainda com o iberismo, com as suas interpretações e com os seus traumas. Em várias ocasiões, no plano ficcional e no plano ensaístico, José Saramago deu contributos importantes para o vasto debate que estas matérias têm motivado.

Recordemos aquilo que está em causa na *História do cerco de Lisboa*, num momento-chave da ação. Quando introduz o subversivo “Não” no texto do historiador, Raimundo Silva impõe, conforme já ficou sugerido, uma nova verdade, com incidência na identidade da nação, em tempo de conquista fundacional. Dispensar a ajuda dos Cruzados corresponde, na prática, a enfrentar, tão-só com as forças próprias, o inimigo que é obstáculo para a afirmação identitária. Os Cruzados que vêm do Norte seguirão viagem para a Terra Santa; e os portugueses, ainda inseguros da sua independência terão de a consolidar por si sós, sem recurso ao exterior e à solidariedade cristã.

Entretanto, estas postulações envolvem riscos que, na esfera ideológica, correspondem a deslizar do tema da identidade para a apologia do nacionalismo e mesmo do isolacionismo. Na *História do cerco de Lisboa*, como em diversos outros textos de Saramago, esses riscos são torneados em termos, digamos, estilísticos, mediante soluções expressivas em tonalidade paródica. Quando já se sabe que os Cruzados não ajudarão os portugueses, o discurso alarga-se numa enumeração que tem tanto de pomposo como de irónico:

E assim não poderão ser portugueses tantos reis que estão por vir, tantos presidentes, tantos militares, tantos santos, e poetas, e ministros, e cavadores de enxada, e bispos, e navegantes, e artistas, e operários, e escriturários, e frades, e diretores, por comodidade de expressão é que falo no masculino, por al não, que em verdade não estou esquecido das portuguesas, as rainhas, as santas, as poetisas, as ministras, as cavadoras de enxada, as escriturárias, as freiras, as diretoras, ora para que venhamos a ter tudo isto na nossa história (...), é preciso começar por conquistar Lisboa, portanto vamos a ela. (SARAMAGO, 1989, p. 235)

A citação é longa, mas dá bem ideia do que existe no texto saramaguiano de intencional (e caricatural) ênfase oratória. Além disso, ao excesso enumerativo junta-se um não menos enfático condimento profético que permite juntar reis e presidentes, poetas e escriturários, rainhas e cavadoras de enxada. E assim por diante, até se chegar à trivialidade do apelo final: “Vamos a ela”.

Em *Levantado do chão*, a questão da identidade liga-se diretamente ao espaço do Alentejo, do latifúndio e dos trabalhadores rurais, com ecos nítidos do *ethos* neorrealista, mas também do Garrett das *Viagens na minha terra*, presente na epígrafe, como já notei. Pode dizer-se que o primeiro capítulo de *Levantado do chão* contribui decisivamente para a configuração desse espaço; como se, antes de iniciada a história, ele fosse um prólogo, emoldurando o que depois é relatado. Nesse prólogo, é a paisagem que avulta:

O que mais há na terra, é paisagem. Por muito do resto que lhe falte, a paisagem sempre sobrou, abundância que só por milagre infatigável se explica, porquanto a paisagem é sem dúvida anterior ao homem, e apesar disso, de tanto existir, não se acabou ainda. Será porque constantemente muda: tem épocas do ano em que o chão é verde, noutras amarelo, e depois castanho, ou negro. E também vermelho, em lugares que é cor de barro ou sangue sangrado. Mas isso depende do que no chão se plantou e cultivava, ou ainda não, ou não já, ou do que por simples natureza nasceu, sem mão de gente, e só vem a morrer porque chegou o seu último fim. Não é tal o caso do trigo, que ainda com alguma vida é cortado. Nem do sobreiro, que vivíssimo, embora por sua gravidade o não pareça, se lhe arranca a pele. Aos gritos. (SARAMAGO, 1983, p. 11)

Por agora, parece não haver figuras humanas neste cenário que se delinea com o vigor identitário de uma terra ampla e aparentemente deserta em que, todavia, podemos ver marcas do labor de personagens que a seguir aparecerão. Em sintonia com o quadro ideológico em que a história é contada, aquele vigor não envolve extensivamente a terra portuguesa e as suas peculiaridades, mas apenas este espaço, remetendo para uma identidade específica: a do latifúndio (que é quase uma personagem), mais o trabalho sofrido que nele se realiza e os conflitos que o acompanham. Sobrevém, então, naquela descrição, uma dinâmica que faz a paisagem mudar, em função do tempo atmosférico, mas também porque os homens, no fluxo da História, lutam pela mudança das condições que determinam o seu modo de vida. Não têm outro sentido as metáforas de humanização que evocam a cor do “sangue sangrado” na terra e os gritos no arrancar da casca do sobreiro.

O capítulo termina com uma interrogação que, logo de seguida, dá lugar à ação propriamente dita:

E esta outra gente quem é, solta e miúda, que veio com a terra, embora não registada na escritura, almas mortas, ou ainda vivas? A sabedoria de Deus, amados filhos, é infinita: aí está a terra e quem a há de trabalhar, cresci e multiplicai-vos. Cresci e multiplicai-me, diz o latifúndio. Mas tudo pode ser contado doutra maneira. (SARAMAGO, 1983, p. 14)

A outra maneira de contar a história reconduz-nos ao conhecimento histórico e à passagem do tempo. O seu decurso é bem mais alargado aqui do que em *Memorial do convento* e, tal como na *História do cerco de Lisboa*, relaciona-se diretamente com gente que vem de fora, por assim dizer interferindo na identidade dos que estão ligados à terra.

Em *Levantado do chão* e tal como já foi dito, trata-se de contar “doutra maneira” o tempo histórico do século XX, até à revolução de 1974. Antes desse tempo histórico e estendendo-se até ele, há um tempo passado, marcado pelo regular aparecimento de uns olhos azuis trazidos

pelo estrangeiro. Com Lamberto Horques Alemão, chegado no longínquo século XV, veio “um galhardo homem de pele branca e olhos azuis” que, tendo gerado um filho na donzela desprevenida, introduz nos traços identitários do espaço que ele invade uma dissonante nota de estranheza:

Assim, durante quatro séculos estes olhos azuis vindos da Germânia apareceram e desapareceram, tal como cometas que se perdem no caminho e regressam quando com eles já não se conta, ou simplesmente porque ninguém cuidou de registar as passagens e descobrir a sua regularidade. (SARAMAGO, 1983, p. 24)

A refiguração identitária que, estando representada nos tais olhos azuis, o estrangeiro traz consigo não atinge isoladamente aquela moça. Ela prolonga-se no tempo por via genética e atinge o coletivo da família Mau-Tempo, até chegar a Gracinda e a Maria Adelaide, mulher e filha de Manuel Espada. A primeira recorda uma “rapariga que na fonte do Amieiro foi de um homem que tinha olhos azuis como o nosso pai e sei que haverá de nascer desta minha barriga um filho ou filha que terá os mesmos olhos, para quê isso não sei, não” (SARAMAGO, 1983, p. 215). A limitação de conhecimento da personagem vai sendo compensada, no suceder das várias gerações dos Mau-Tempo, por uma crescente consciência de classe, correspondendo à afirmação de uma identidade social cada vez mais nítida e culminando no dia da libertação dos que se levantaram do chão.

VI

O romance *A jangada de pedra* introduz, na produção literária de José Saramago, um tema com forte representação na cultura e no imaginário portugueses: o iberismo. Mas não só ele, evidentemente, uma vez que é pertinente que lhe seja associado o motivo da viagem.

No caso do iberismo, convém recordar duas coisas. Primeira: pouco depois d’*A jangada de pedra*, Saramago publicou, no *Diario 16*, de Madrid, a 6 de outubro de 1988, o texto “Acerca do (meu) iberismo” (cf. SARAMAGO, 1990, p. 5-9). Nele estão em causa preocupações do autor em relação à Europa e às práticas políticas que as suas democracias envolvem, preocupações que reencontramos em intervenções dos anos seguintes⁶. Segunda observação: parece claro que a entrada de Portugal (e também, em simultâneo, da Espanha) na então Comunidade Económica Europeia, a 1 de janeiro de 1986, potenciou o posicionamento crítico de Saramago para com aquilo que, na época, foi em geral vivido de forma quase eufórica. Um posicionamento, afinal de contas, colocado naquele lugar de contracorrente que não era raro no autor d’*A jangada de pedra* (1989), romance que consabidamente é uma peça importante no trajeto de ceticismo do romancista, divergindo da tal euforia.

Confirmando uma propensão para o culto do insólito que está presente noutros romances, antes e depois deste, *A jangada de pedra* relata a história de um inusitado fenómeno: de forma absolutamente inesperada, ocorre um incidente geológico que separa a Península Ibérica da Europa. A enorme fenda produzida na região dos Pirenéus dá sentido à expressão

⁶ Designadamente em “Descubramo-nos uns aos outros”, de 1998 (cf. SARAMAGO, 2018^a, p. 254-267) e, de forma mais sucinta, em “Claro como água” e em “Voltando à vaca-fria”, ambos de 2008 (cf. SARAMAGO, 2018^b, p. 44-46 e 58-59)

“a Península Ibérica tem a forma de uma jangada”, inscrita na contracapa do livro, do mesmo modo que sintoniza com a imagem vinda de Estrabão, citada no mesmo local: “A Ibéria tem a forma duma pele de boi”.

Começa então uma deriva cujos grandes significados assumem a feição da alegoria, antecipando o recurso a esta figura em obras subsequentes de José Saramago. A viagem que a jangada leva a cabo é protagonizada por várias personagens que, provindas de diferentes lugares da Ibéria, se juntam e convivem, no movimento comum da navegação. São elas Joana Carda, de Ereira, perto de Coimbra, Joaquim Sassa, de uma praia ao norte de Portugal, Pedro Orce, habitante de uma aldeia homónima do seu apelido, na província de Granada, José Anaíço, que habita perto do rio Tejo, e Maria Guavaira, uma viúva natural da Galiza. Mais tarde, aparece ainda Roque Lozano, “encontrado entre as serras Morena e Aracena, com o seu burro Platero a caminho da Europa” (SARAMAGO, 1986, p. 311). Mas não é tudo. Ao grupo junta-se um cão, animal muito da preferência do autor, neste e noutros romances, aqui com nome discutido, até se chegar ao de Constante⁷:

Vão pois chamar Constante ao cão, mas realmente não tinha valido a pena tanto trabalho de batismos, pois o animal responde a todos os nomes que lhe derem se tiver entendido que a palavra, qualquer que seja, é para ele, embora um certo outro nome lhe flutue às vezes na memória, Ardent, mas desse ninguém aqui se lembrou. (SARAMAGO, 1986, p. 267)

Constante desempenha um papel decisivo, na medida em que concentra em si vários sentidos, incluindo o de guia do grupo, que é o mais significativo. Daí a hesitação das outras personagens quanto ao nome a escolher para o cão: Fiel ou Piloto? Outros ainda (Fronteiro? Combatente?) ou então “simplesmente Cão” (SARAMAGO, 1986, p. 267), embora ao próprio bicho quase gente “um certo outro nome lhe flutue às vezes na memória, Ardent” (SARAMAGO, 1986, p. 267), que é o cão que, logo no início, deu pela fenda que originou a jangada navegante.

A questão dos nomes não é acidental nem fortuita, em Saramago, e remete também para a da identidade. Neste momento, todavia, limito-me a uma interrogação que deve ser formulada, desde que começa a viagem: para onde se dirige a jangada, derivando pelo oceano e deixando atrás a Europa? Note-se que, ao falar em deriva, estou a referir-me a uma deslocação sem rumo definido, nem ponto de chegada previsto. A única certeza é a de que a Europa fica cada vez mais longe.

Introduz-se aqui um outro sentido bem consentâneo com o movimento da viagem: o do afastamento, com tudo o que ele implica:

Este foi o dia assinalado em que a já distante Europa, segundo as últimas mediações conhecidas ia em cerca de duzentos quilómetros o afastamento, se viu sacudida, dos alicerces ao telhado, por uma convulsão de natureza psicológica e social que dramaticamente pôs em mortal perigo a sua identidade, negada, nesse decisivo momento, em seus fundamentos particulares e intrínsecos, as nacionalidades, tão laboriosamente formadas ao longo de séculos e séculos. (SARAMAGO, 1986, p. 160)

⁷ Este não é um nome novo, no bestiário saramaguiano: chama-se assim o cão de Sigismundo Canastro, em *Levantado do chão*.

Há, então, uma identidade em perigo; nos seus alicerces estão as nacionalidades e o seu longo trajeto histórico. Mais adiante, fala-se “da séria crise de identidade com que se debateram [os países da Europa] quando milhões de europeus resolveram declarar-se ibéricos” (SARAMAGO, 1986, p. 213). Assim mesmo: “declarar-se ibéricos”, como se, antes da insólita separação, essa condição estivesse limitada, tendo-se agora transformado numa volição e num desejo de pertença que transcende o espaço da Ibéria.

Naquele que se me afigura ser um dos romances de José Saramago com mais evidente propósito político, fica clara uma ideia: a denúncia de uma distância aparentemente inultrapassável entre a Península Ibérica (como espaço periférico e até marginal) e o poder da Europa central. E também uma segunda ideia, que em José Saramago não se restringe ao mundo narrativo d’*A jangada de pedra*: o conhecimento de Espanha por quem repensa o iberismo exige o respeito pelas nacionalidades ibéricas e pelas suas diversidades, interditando a falácia de uma visão homogeneizadora do país vizinho. Por fim, parece conveniente que Portugal e Espanha cultivem um processo de descoberta mútua⁸ e repensem a sua posição geoestratégica, desmistificando critérios e imposições culturais de marcação fortemente eurocêntrica. De certa forma, é essa marcação eurocêntrica, reforçada pelo contexto político dos anos 80, que explica *A jangada de pedra*.

VII

Depois dela e extinto o impulso que gerou os romances dos anos 80, a produção literária saramaguiana sofre uma inflexão que leva àquilo a que o escritor chamou o tempo da pedra, cujo advento ocorre a partir d’*O evangelho segundo Jesus Cristo*. Nesse tempo (em parte posterior ao Prémio Nobel), Saramago abandona “o projeto de descrever a estátua” e penetra “mais profundamente na pedra obscura do ser do que até então tinha sido capaz” (SARAMAGO, 2013, p. 39). Esse é, contudo, um ciclo que já não cabe nos limites deste texto.

REFERÊNCIAS

- ARNAUT, Ana Paula. O outro lado da personagem: a (re)criação de Blimunda. In: C. Reis (coord.). *Figuras da Ficção*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa, 2006. p. 39-53.
- GARRETT, Almeida. *Viagens na minha terra*. Edição de Ofélia Paiva Monteiro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010.
- GÓMEZ AGUILERA, Fernando. *La consistencia de los sueños. Biografía cronológica*. Taro de Tahiche: Fundación César Manrique, 2010.
- GRÜNHAGEN, Sara. *A cor dos cabelos de Deus. Intertextualidade, intermedialidade e metalepse em José Saramago*. Coimbra/Paris: Univ. de Coimbra/Sorbonne Nouvelle, 2021.
- A oficina de Saramago*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal; Imprensa Nacional; Fundação José Saramago, 2022.

⁸ Esta noção reencontra-se numa conferência de 1998, intitulada “Descubramo-nos uns aos outros” (cf. SARAMAGO, 2018a, p. 254-267).

- REIS, Carlos. *Diálogos com José Saramago*. Porto: Porto Editora, 2015.
- SARAMAGO, José. *Manual de pintura e caligrafia*. 4. ed. Lisboa: Caminho, 1983a.
- SARAMAGO, José. *Levantado do Chão*. 4. ed. Lisboa: Caminho, 1983b.
- SARAMAGO, José. *Memorial do Convento*. 4. ed. Lisboa: Caminho, 1983c.
- SARAMAGO, José. “Mi iberismo”. Prefácio a César Antonio Molina. *Sobre el iberismo y otros escritos de literatura portuguesa*. Madrid: Ediciones Akal, 1990. p. 5-9.
- SARAMAGO, José. *História do cerco de Lisboa*. Lisboa: Caminho, 1989.
- SARAMAGO, José. *Cadernos de Lanzarote. Diário – III*. Lisboa: Caminho, 1996.
- SARAMAGO, José. *A estátua e a pedra*. O autor explica-se. Lisboa: Fundação José Saramago, 2013.
- SARAMAGO, José. *Último Caderno de Lanzarote*. Porto: Porto Editora, 2018a.
- SARAMAGO, José. *O Caderno*. Porto: Porto Editora, 2018b.
- SEIXO, Maria Alzira. *Lugares da ficção em José Saramago*. O essencial e outros ensaios. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.
- SILVA, Teresa Cristina Cerdeira da. *José Saramago entre a história e a ficção*. Uma saga de portugueses. Lisboa: Pub. Dom Quixote, 1989.
- WHITE, Hayden. *Tropics of Discourse. Essays in Cultural Criticism*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.